

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e quatro, às nove
2 horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério
3 Público do Estado do Ceará - PGJ, reuniram-se para participar da
4 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
5 Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da
6 Dra. Maria Iracema do Vale Holanda (**Procuradora-geral de Justiça**
7 **- PGJ**) as conselheiras e conselheiros: Anastácio Jorge Matos de
8 Sousa Marinho, representando o Procurador Geral do Estado - **PGE**;
9 Rimena Alvena Alves Praciano, representando o Secretário de
10 Cultura - **SECULT**; Marcos Pompeu, representando o Secretário do
11 Turismo - **SETUR**; Sheila Cavalcante Pitombeira, Coordenadora do
12 Centro de Apoio Operacional da Proteção à Ecologia, Meio
13 Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
14 - **CAOMACE**; Liana Maria Machado de Souza, representando o
15 Secretário da Fazenda - **SEFAZ**; João Gualberto Feitosa Soares,
16 representando a Secretaria-Executiva do Programa Estadual de
17 Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**; Márcia Maria Ximenes
18 Mendes, representando o Secretário da Ouvidoria-geral e do Meio
19 Ambiente - **SOMA**; José Galba de Menezes Gomes, representando o
20 Secretário da Saúde - **SAÚDE**; Fátima Callado dos Santos Silva,
21 substituindo o suplente Antônio de Pádua Araújo, representando o
22 Secretário da Ciência e Tecnologia - **SECITECE**; Não compareceram:
23 o Representante da Assembléia Legislativa - **AL**, o membro do
24 Ministério Público titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio
25 Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**, pois solicitou
26 aposentadoria e os representantes das 03 (três) **ONG's**. A reunião
27 foi iniciada com a palavra da Presidente, **Dra. Maria Iracema do**
28 **Vale Holanda (PGJ)**: Bom dia a todos. Eu queria mais uma vez
29 pedir desculpas pelo atraso e dizer, como eu estava dizendo a
30 vocês informalmente, que faz duas semanas que assumi a chefia do
31 Ministério Público, e que eu estou começando a terceira semana
32 da minha gestão e não houve um período de transição, mas a Dra.
33 Sheila é quem está à frente do Fundo e pode esclarecer todas os
34 problemas, todos os questionamentos que possam por acaso
35 existir, e dizer que nós estamos aqui à disposição e hoje,
36 infelizmente, não vou poder cumprir a pauta hoje; tem umas vinte
37 pessoas lá em baixo e eu tive que subir aqui só para dar um bom
38 dia a vocês e passar a palavra para a Dra. Sheila. **Dra. Sheila**
39 **Pitombeira (CAOMACE)**: Bom, seguindo a pauta da reunião, nós
40 temos a ata da primeira reunião, na reunião passada nós não
41 tivemos quorum e, já seguindo o cumprimento da pauta, nós temos
42 a deliberação sobre a inscrição e participação das entidades
43 civis no Conselho. Como eu já havia antecipado para todos, as
44 entidades que se inscreveram no prazo não apresentaram completa
45 documentação, de acordo com a deliberação do Conselho; de acordo
46 com o calendário de inscrição, houve realmente inscrição de

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 entidades. Nós temos algumas entidades que se inscreveram findo
48 o prazo da data limite, quer dizer, após o dia 20 de outubro. E
49 todas as que se inscreveram no prazo ou fora do prazo, não
50 apresentaram a comprovação da documentação que foi deliberada
51 pelo Conselho. Então, como a entidade civil, a associação civil
52 deverá necessariamente integrar a estrutura do Conselho; seria
53 conveniente que nós deliberássemos sobre uma oportunidade para
54 que essas entidades inscritas no prazo, apresentassem a
55 documentação que ainda não foi devidamente comprovada, para que
56 se possa viabilizar a participação dessas entidades no Conselho.
57 Então, eis a proposta para deliberação pelo Conselho, se alguém
58 tiver uma outra proposta, pode fazê-la; e, então, vamos discutir
59 as duas propostas. Vamos começar pelo Dr. Anastácio. (PAUSA) **Dr.**
60 **Anastácio Marinho (PGE)**: Eu acho que nós estamos no final do
61 ano, nós poderemos dar até o final de dezembro e, na primeira
62 reunião de 2005, nós deliberaremos sobre a participação dessas
63 entidades que apresentassem a documentação exigida. Acho que
64 fica mais fácil, porque pode ser um pouco complicado nesse final
65 de ano até para conseguir alguns documentos. Pode ter algum
66 problema nos órgãos públicos, não é? Então tem alguns feriados
67 ainda até o final do ano. Seria mais interessante dessa forma.
68 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Bom, todos ouviram a proposta
69 do Dr. Anastácio ou alguém tem uma outra proposta ou quer fazer
70 alguma retificação? **Dr. Marcos Pompeu (SETUR)**: Bom dia a todos.
71 Eu concordo com a proposta do Conselheiro Anastácio e pediria
72 apenas que, se fosse possível, tivéssemos conhecimento das
73 entidades que se inscreveram. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**:
74 Eu vou indicar aqui os nomes: Fundação Cultural Educacional
75 Popular em Defesa do Meio Ambiente, a pessoa representante é
76 Adauberto Alencar, Instituto TERRAMAR, Instituto Brasileiro de
77 Ecologia e Meio Ambiente, Associação de Parentes e Amigos e
78 Vítimas de Violência, Associação dos Filhos e Amigos de Quixadá,
79 GERMINARE-Centro Cultural para o Desenvolvimento Sustentável e
80 Instituto Cultural Oboé. Estas foram as entidades que se
81 inscreveram. Deixe-me ver aqui qual delas não se inscreveu no
82 prazo. Esta daqui, Instituto Terramar, que foi no dia 21, não é?
83 E a Fundação Educacional Popular em defesa do Meio Ambiente, que
84 foi no dia 25 de outubro. As demais se inscreveram até o dia 20
85 de outubro. Então, ficamos com a colocação do Dr. Anastácio? As
86 entidades que estiverem inscritas no prazo legal, então, há
87 concessão, a prorrogação do prazo para a apresentação da
88 documentação até o dia 31 de dezembro, quando, então, nós
89 teremos já no início de 2005, a reunião para a realização do
90 sorteio das três entidades que passarão a integrar o Conselho
91 Gestor. Então vamos à votação. **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: com
92 a sua proposta: a favor, **SOMA**: a favor, **SECITECE**: a favor, **SESA**:

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 a favor, **SETUR:** a favor, **SECULT:** a favor, **SEFAZ:** a favor **DECON:**
94 a favor, **CAOMACE:** a favor. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):**
95 Vamos ao terceiro item da nossa pauta. O calendário para a
96 inscrição dos projetos. Como a gente já havia antecipado, nesses
97 primeiros momentos nós estamos estruturando as regras, as
98 diretrizes de como o Conselho vai mais ou menos operacionalizar,
99 para essa divulgação e a veiculação de divulgação dos critérios
100 para apresentação de projetos, o prazo da apresentação desses
101 projetos, como orientar a deliberação do Conselho na aplicação
102 dos recursos do Fundo. Então, toda essa estrutura a gente está
103 pensando e analisando para exatamente, quando chegar o ano
104 vindouro, quando já definido o calendário de apresentação de
105 projetos e liberação dos recursos que integrarão o Fundo, já
106 teremos toda essa estrutura já bem pensada, já bem, vamos dizer
107 assim, orientada segundo o pensamento do Conselho Gestor. Uma
108 das propostas que nós temos hoje é a apresentação, a deliberação
109 sobre o calendário para a apresentação de projetos. Como eu
110 havia afirmado inicialmente, nos temos nos Fundos Federais, por
111 exemplo: no Fundo do Meio Ambiente, nós temos alguns
112 calendários, como o aporte de recursos é maior, mais
113 significativo, a receita do Fundo é maior, nós temos várias
114 datas. Nós temos datas para projetos de uma determinada
115 natureza, e outras datas, como se fossem projetos ordinários e
116 extraordinários. O Fundo de Direitos Difusos Federal, ele tem
117 sessenta dias para apresentação de projetos, que é agosto e
118 setembro de cada ano. Então, vai do dia 1º de agosto ao dia 30
119 de setembro de cada exercício. Aí quer dizer, esse é o
120 calendário onde as entidades poderão apresentar os seus projetos
121 que serão examinados pelo Conselho, e daí o Conselho vai
122 deliberar qual ou quais daqueles projetos são satisfatórios ou
123 atendem melhor à proteção e preservação dos interesses difusos e
124 daí, então, todo o encaminhamento para liberação da verba,
125 acompanhamento e execução do projeto e tudo o mais. Então, já
126 formando a estrutura de como será orientada a atuação do
127 Conselho, seria conveniente que nós já tivéssemos a deliberação
128 desse calendário. Como nós vamos agir? Qual vai ser a nossa
129 deliberação? Vamos estabelecer datas fixas, vamos estabelecer
130 data móvel? Então a proposta da Procuradoria é; esse assunto
131 pode ser deliberado agora ou alguém quer pensar numa outra forma
132 para deliberar na reunião seguinte? Este é o primeiro ponto. O
133 Segundo: quais são as propostas? Quais meses nós poderíamos ter
134 para fixar o calendário? Isso seria feito através de uma
135 Resolução assinada pela Presidente, que é a Procuradora-geral,
136 dizendo quais os meses ou qual o período que as pessoas devem
137 protocolar as suas propostas de projeto para serem apreciados
138 pelo Conselho Gestor? Então, quero facultar a palavra para os

139 companheiros deliberem. Começando sempre pelo Anastácio. Aos que
140 estão comparecendo pela primeira vez, esta ordem é a que está na
141 legislação. **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: Eu estava dando uma
142 olhada na pasta de Resolução que consta na nossa documentação
143 que foi entregue, e existe uma proposta já prevista aqui para
144 apresentação dos projetos, de 1º de junho a 30 de agosto do ano
145 anterior ao previsto para o início da execução do projeto. Eu
146 acho bem razoável, são 90 (noventa) dias para a apresentação.
147 Acho que é interessante e dá tempo para que as entidades
148 interessadas já apresentem nesse ano de 2005, não é? Já que
149 estamos iniciando agora os trabalhos do Fundo, e tempo
150 suficiente também para que o Conselho delibere antes do início
151 do ano seguinte. Acho que é uma proposta bem razoável, e eu
152 concordaria com ela. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Alguém
153 apresenta outra proposta? Tem outra sugestão? **Dr. Marcos Pompeu**
154 **(SETUR)**: Eu também, desde que cheguei, dei uma olhada na
155 Resolução e, pelo que eu estou vendo aqui, o Conselheiro
156 Anastácio já comentou, o prazo de junho a agosto para
157 apresentação de projetos, não é isso? Depois tem um prazo até
158 final de setembro para a Secretaria-Executiva publicar na
159 internet a relação dos projetos, e até o último dia do mês de
160 novembro o Conselho indica os projetos prioritários para o ano
161 subsequente. Enfim, o que eu estava querendo propor é, ainda sem
162 um estudo, um debate mais apurado sobre esta Resolução. É que
163 pelo que eu estou entendendo, a cada ano nós teremos um ciclo
164 anual de apresentação de projetos, análise, priorização, votação
165 e tal. Eu pergunto ao Conselho, se não se poderia tentar fazer
166 02 (dois) ciclos anuais? Quer dizer, a cada semestre nós
167 pudéssemos ter um ciclo completo de apresentação e votação de
168 projetos, ao invés de nós termos 01(um) ciclo anual, nós
169 teríamos 02(dois). Não sei se isto é possível. E a Conselheira
170 já falou também no início, que dependendo do volume de recursos,
171 isso justifica ou não uma seqüência mais ágil ou mais lenta de
172 encaminhamento de análise. Mas a título de provocação ao
173 Conselho, eu colocaria a sugestão: ao invés de um ciclo anual,
174 se pudéssemos ter ciclos semestrais de encaminhamento e análise.
175 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Só um minutinho. Sendo ciclos
176 semestrais, qual seria a sua proposta a esses períodos? **Dr.**
177 **Marcos Pompeu (SETUR)**: Naturalmente começaríamos as inscrições
178 para o segundo semestre 2005, não é? Porque eu entendo que o
179 primeiro semestre de 2005, ainda o Conselho e o Fundo
180 estará...enfim, tratando de outras rotinas e de outros
181 fundamentos. Mas eu imagino que no segundo semestre de 2005
182 poderíamos ter um primeiro ciclo, e aí seria talvez um prazo
183 mais curto de apresentação de projetos e os prazos seriam
184 encurtados: apresentação, votação e priorização. **Dr. José Galba**

185 **(SESA)**: Eu só tenho uma dúvida quanto à questão de dotação
186 orçamentária, se isto é possível, essa proposta dele em função
187 de que você seria... normalmente se faz no final do ano para que
188 se tenha um planejamento de execução no decorrer do ano,
189 entende? Quer dizer, se isso é possível, eu não teria nada
190 contra, mas eu acho que aí cria embaraços, mesmo que não proceda
191 o meu questionamento, eu acho que isso de uma certa maneira é um
192 fator de dificuldade para uma programação e um planejamento. O
193 ideal é que você tenha um planejamento realmente anual. **Dra.**
194 **Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Quando nós colocamos na Resolução
195 esta proposta desses três meses, de junho a agosto, é porque na
196 legislação ela diz que a gente, que o Ministério Público que é o
197 tutor, o guardião do Fundo e apresentou a estrutura da
198 Secretaria-Executiva do Conselho, ele tem que apresentar junto
199 com a sua proposta orçamentária anual, a receita que o Fundo
200 dispõe e uma perspectiva de aplicação dessa receita. Se nós
201 pegarmos justamente de junho a agosto, quer dizer, as propostas,
202 o protocolo dos projetos, eles poderão subsidiar o
203 encaminhamento de uma possível aplicação daquela receita, pois
204 tudo isso tem que ser depois encaminhado, a cada três meses, ao
205 Tribunal de Contas, para a Assembléia legislativa, que
206 exatamente são os fiscais, é o controle externo da atuação do
207 Conselho. É a fiscalização, o olho da população sobre a
208 aplicação desses recursos. Então, mesmo no plano federal, no
209 Fundo do Meio Ambiente Nacional onde tem um aporte, uma receita
210 bem significativa, eles fecham uma data limite, sempre eles
211 colocam no primeiro semestre. A apresentação de eventuais
212 projetos no segundo semestre, pode ser feita, mas não se tem a
213 garantia de que ele será examinado e terá aplicação naquele
214 exercício. Essa garantia dar-se-á tão somente para o projeto que
215 é encaminhado até meados de junho, se não me falha a memória, de
216 cada exercício. Quer dizer, aí você verifica que sempre essa
217 questão orçamentária, do controle, ela se faz mais ou menos
218 presente, não é? E aqui, quando a gente vê nessa proposta de
219 Resolução que tem um prazo até setembro, a gente pensa que é um
220 prazo extenso, mas não é não, porque o Conselho, ele é integrado
221 por Conselheiros que têm outras atribuições, e o exame de uma
222 proposta dessa vai implicar uma análise mais aprofundada sobre a
223 sua efetivação. Se aquela aplicação dar-se-á com objetivo de
224 cumprir o que a legislação determina. **Dr. José Galba (SESA)**:
225 Além do que, esse modelo poderia gerar conflitos... entende?
226 Digamos, de critérios para prioridade. Você teria uma demanda no
227 primeiro semestre e aí no segundo semestre teria uma outra
228 demanda, e aí você poderia gerar conflitos de distribuição de
229 recursos. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: É, exatamente. E de
230 repente no segundo semestre veio um projeto até cumprindo mais o

231 objetivo da Lei, do que um apresentado no segundo semestre. É,
232 essa é uma boa lembrança. Alguém mais quer se manifestar? **Dra.**
233 **Márcia Ximenes (SOMA):** Com relação ao prazo eu não vejo nenhuma
234 objeção, enquanto ser anual não vejo nenhuma objeção. Agora,
235 qual o instrumento de apresentação desses projetos que serão
236 divulgados? É um edital? É só o prazo? Acho que está precisando
237 de um instrumento que efetivará a abertura desses documentos,
238 desses projetos para as inscrições, não é? Aqui não fala. **Dra.**
239 **Sheila Pitombeira (CAOMACE):** O que nós vamos deliberar agora, o
240 que nós estamos deliberando é sobre o calendário para ficar
241 fixo, através de uma Resolução. Aí esse calendário fica no
242 endereço eletrônico do Conselho Gestor e nada obsta que o
243 Conselho delibere, como uma obrigação para a Secretaria-
244 Executiva do Conselho Gestor que, nos 30 dias que antecederem ao
245 início do prazo do calendário, seja feita uma ampla divulgação,
246 publicação de edital, no Diário da Justiça e nos demais veículos
247 de comunicação, como nos 20 (vinte) dias próximos ao tempo final
248 do prazo, também seja alertada a coletividade. **Dra. Márcia**
249 **Ximenes (SOMA):** É, mas eu acho que isso também deva constar.
250 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Isso o Conselho pode deliberar
251 e pode constar na Resolução. **Dra. Márcia Ximenes (SOMA):** Eu acho
252 que deva ter nessa Resolução que a gente está aprovando, já deva
253 ter o instrumento de divulgação legal, assim terá melhor
254 apresentação. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Ter uma
255 disposição sobre a divulgação dos prazos. **Dra. Márcia Ximenes**
256 **(SOMA):** Exatamente. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Fixando o
257 calendário. Isso que nós estamos determinando, estabelecendo, é
258 exatamente para a elaboração da Resolução que vai ser depois
259 deliberada pelo Conselho. Bom, então os termos básicos seriam: o
260 calendário de junho a agosto, de 1º de junho a 30 de agosto
261 constando da Resolução a observação sobre a divulgação, não só
262 antes de iniciado o prazo como próximo ao termo final.
263 Basicamente seriam estes os termos que deveriam constar na
264 Resolução. Alguém tem uma outra sugestão? Dr. Anastácio Marinho,
265 vota? **Dr. Anastácio Marinho (PGE):** a favor, **SOMA:** a favor,
266 **SECITECE:** a favor, **SESA:** a favor, **SETUR:** a favor, **CAOMACE:** a
267 favor, **SECULT:** a favor, **SEFAZ:** a favor, **DECON:** a favor. **Dra.**
268 **Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Então vamos para o outro item, que
269 é a apreciação e aprovação da Resolução que define os critérios
270 para a aplicação de recursos do FDID. **Dr. José Galba (SESA):** Eu
271 só queria um esclarecimento. Estava eu examinando, não sei, não
272 entendo nada de lei, quero ver a legitimidade. Eu por exemplo
273 estou representando a Secretaria, e aqui diz que integra o
274 Conselho Estadual Gestor, aí diz, explicitamente: o Secretário
275 da Ouvidoria, o Secretário da Cultura, o Secretário da... e
276 assim sucessivamente... **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Porque

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 já foi deliberado nas reuniões anteriores que o Secretário
278 indicará o seu suplente, e através do representante do
279 Secretário da Saúde, que é **Dr. José Carlos (SESA)**: Desculpe aí.
280 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Não, não tem problema.
281 Imagine. E foi deliberado também que caso o suplente tenha algum
282 impedimento, estejam o Secretário ou o Suplente com algum
283 impedimento de ordem superior, que inviabilize a presença na
284 reunião, poderá o Secretário indicar por escrito, a pessoa que
285 vai representá-lo naquele momento, naquele dia, numa
286 eventualidade, onde essa representação dará direito de voz e
287 voto ao representante indicado por escrito pelo Secretário.
288 Naturalmente porque tanto o Secretário, como, às vezes, o
289 Suplente poderá ter outros compromissos que inviabilizem o
290 comparecimento. Então, para não engessar a atuação do Conselho,
291 já foi pensado nessa situação. Bom, nós temos aí no data show os
292 termos dessa Resolução. Esta proposta de Resolução definindo os
293 critérios para aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos
294 Difusos do Estado do Ceará. (PAUSA) Todos... encontraram na
295 pasta? Como os senhores preferem? Que vá lendo um por um, alguém
296 faz alguma sugestão? Que seja distribuído para definir na sessão
297 do próximo mês? Qual a sugestão de cada um? **Dr. José Galba**
298 **(SESA)**: Bom, o ideal é a gente levar, ler e discutir na próxima.
299 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Na próxima sessão? **Dr. José**
300 **Galba (SESA)**: É, porque fica mais objetivo e eu não li, aí a
301 gente faria só um questionamento. **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**:
302 Seria interessante que fosse discutida na próxima sessão, agora
303 já ficando claro que a gente só analisará os questionamentos que
304 forem feitos, está certo? Então tem que ler uma por uma, está
305 certo? Se não existir nenhum questionamento, a gente aprova como
306 está. Se não, a gente analisa só os artigos que forem levantados
307 os questionamentos. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**:
308 Perfeitamente. Então poderíamos adotar o mesmo critério para a
309 outra Resolução, dispondo sobre a tramitação do procedimento no
310 âmbito do Conselho Gestor, não é? Então, ficaríamos com essas
311 duas Resoluções como dever de casa, para o exame por cada um dos
312 Conselheiros, e na próxima sessão, agora na primeira segunda-
313 feira de dezembro, que cada Conselheiro apresente uma proposta
314 de reformulação sobre o item ou itens que entender
315 interessantes, e daí, então, será submetido à apreciação de todo
316 o Colegiado. Bom, sendo assim, praticamente nós fechamos a nossa
317 pauta, que é a apreciação dos trâmites, não é? Então aqui pela
318 ordem do dia, nós temos a palavra facultada. **Dr. Anastácio**
319 **Marinho (PGE)**: Eu gostaria apenas de registrar, apesar da Dra.
320 Iracema não está presente, mas parabenizá-la pelas funções da
321 Procuradoria Geral e esperar que ela desenvolva os trabalhos do
322 Conselho como vinha sendo desenvolvido anteriormente, fazendo

323 com que ele seja ativo e consiga atender os objetivos que todos
324 esperam que atinjam, não é? É só isso. **Dra. Sheila Pitombeira**
325 **(CAOMACE)**: Ok. **Dra. Márcia Ximenes (SOMA)**: É a primeira vez que
326 nós estamos participando desse Conselho como representante da
327 SOMA, mas é muito gratificante a gente participar e contribuir
328 com essas Resoluções, com todo esse aparato de deliberações que
329 o Conselho esteja ocorrendo nessas sessões. Agora eu queria só
330 pedir a questão do Regimento Interno. Eu sei que já foi
331 aprovado, não é? E já está encaminhando para a publicação o mais
332 rápido possível para a gente ter, acompanhar, estar lendo o
333 Regimento Interno que é o que vai seguir para a gente não ficar
334 na dúvida, até para a gente se posicionar nos momentos. **Dra.**
335 **Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Com certeza. **Dra. Márcia Ximenes**
336 **(SOMA)**: Até porque eu queria saber também da ordem assim, da
337 questão legal, se a gente pode está aprovando as Resoluções sem
338 a publicidade do Regimento, se tem alguma interferência ou não,
339 se isso é cabível ou não. Isso está me dando assim esse
340 questionamento. **Dra. Sheila Pitomberia (CAOMACE)**: SECITECE? **Dra.**
341 **Fátima Callado (SECITECE)**: Eu só gostaria de agradecer a
342 oportunidade de participar desta sessão, na verdade eu vim
343 representando a SECITECE e em virtude de o Secretário não poder
344 comparecer. Na verdade, quem viria era o Secretário Adjunto Dr.
345 Antônio Pádua, mas ele precisou fazer uma viagem e não pode
346 comparecer, e o Dr. Hélio que é o Secretário, o titular da
347 Pasta, tinha outros compromissos, ele já os tinha agendado,
348 contando com a participação do Dr. Pádua que infelizmente não
349 pode participar. Muito obrigada. **Dr. José Galba (SESA)**: Eu quero
350 ratificar as palavras do Dr. Anastácio em relação a Dra.
351 Iracema, a nova Procuradora, e cumprimentar a Dra. Sheila que
352 está dirigindo essa reunião, e manifestar aqui em nome da
353 Secretaria da Saúde que nos sentimos bastante motivados de
354 participar desse Conselho, que é um momento que estamos
355 iniciando o exercício da cidadania, que tem interfaces com todas
356 as áreas imagináveis, que vai desde a questão ambiental até a
357 questão dos direitos, até questões mesmo relacionadas
358 especificamente ao não cumprimento das questões humanísticas no
359 ramo da saúde. Certamente nos esforçaremos para cumprir da
360 melhor forma possível esse papel na sociedade, que é bastante
361 carente no tocante a isso, é que eu vejo que é um grande desafio
362 a gente encontrar uma forma da gente resgatar esses valores,
363 esses direitos e também os deveres das pessoas no concernente
364 àquelas questões, e aqui no caso específico, desse amplo elenco
365 de aspectos relacionados aos direitos difusos do cidadão e do
366 meio ambiente também. **Dr. Marcos Pompeu (SETUR)**: Gostaria de
367 trazer os votos também do Secretário Allan Aguiar, Secretário de
368 Turismo do Estado, a Dra. Iracema desejando também votos de

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

369 muito sucesso na gestão dela frente à Procuradoria Geral de
370 Justiça e ao Conselho Gestor do FDID. Queria cumprimentar a Dra,
371 Sheila pela condução muito competente na reunião de hoje, e uma
372 sugestão, não sei se para as próximas reuniões, que os assuntos
373 de pauta quando envolvam estudo de Resoluções ou outros
374 documentos, possam nos chegar às mãos com antecedência de uma
375 semana, pelo menos, para que o dever de casa seja feito com
376 antecedência à reunião. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Ok.
377 **Dr. Marcos Pompeu (SETUR):** Aí não poderíamos, quer dizer, não
378 deixaríamos de cumprir a Pauta, se pudessemos ter acesso aos
379 materiais com antecedência. E também queria saber se a Dra.
380 Sheila poderia comentar sobre este anexo que temos aqui na
381 pasta, que parece que é uma conta corrente do BEC, Procuradoria
382 Geral da Justiça, onde já existe um saldo, e eu pergunto se este
383 já é o saldo do Fundo. Se a senhora pode comentar um pouco sobre
384 isso? **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Com certeza. **Dr. Marcos**
385 **Pompeu (SETUR):** Obrigado. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Eu
386 vou deixar para falar no final, porque aí eu já reuno todos os
387 questionamentos, está bem? **Dra. Rimena Alves (SECULT):** as
388 considerações que poderia fazer já foram feitas. **Dra. Sheila**
389 **Pitombeira (CAOMACE):** Obrigada. **Dra. Liana Maria (SEFAZ):** A
390 gente gostaria de declarar assim a nossa motivação de participar
391 aqui do Conselho e também a segunda reunião que a gente
392 participa, e assim como a Dra. Márcia colocou a questão do
393 Regimento Interno, não é? E também a questão da gente também, a
394 possibilidade de receber por e-mail assim, essa questão da ata,
395 o que for possível, porque é uma forma de tornar a reunião mais
396 produtiva, e assim de se ganhar tempo e acima de tudo nesse
397 exercício que é antes de tudo, um exercício de cidadania. Que a
398 gente até ficasse mais pró-ativo e assim pudesse avançar mais e
399 o Conselho já pudesse funcionar a todo o vapor. **Dra. Sheila**
400 **Pitombeira (CAOMACE):** Obrigada. **Dr. João Gualberto (DECON):** É
401 com satisfação que pela terceira vez que participo da reunião do
402 Conselho, representando a Dra. Maria Evânia que é a Secretária-
403 Executiva do DECON. Eu faço minhas as palavras do Dr. Anastácio,
404 de regozijo pela posse da nossa nova Procuradora-geral, Dra
405 Maria Iracema e espero uma profícua administração, mormente no
406 que concerne ao Conselho. E quanto a esse documento do BEC, eu
407 tenho a impressão que é exatamente os recursos que o DECON
408 arrecadou de acordos que ele fez com infratores da Legislação
409 GLP, que é o gás de cozinha, farmácia, bem como securitária,
410 com relação ao Termo de Conduta com a SULAMÉRICA. Esses recursos
411 foram inicialmente depositados numa conta conjunta a ser
412 movimentada por nossa Procuradora-Geral de Justiça e o DECON,
413 através da Secretaria-Executiva, e com a criação do Fundo, essa
414 conta que era uma conta PGJ/DECON ela foi transformada numa

415 conta do Fundo. Então eu acho que esses recursos aqui, a maior
416 parte deles, foi exatamente os recursos arrecadados com essa
417 fiscalização que o DECON empreende com os infratores da
418 legislação do gás de cozinha, de farmácia e outros. Obrigado.
419 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE):** Bom, vamos aqui aos
420 esclarecimentos. Como o Dr. João Gualberto já esclareceu, isto
421 daqui diz respeito exatamente ao extrato atualizado
422 semanalmente. A Divisão Financeira da Procuradoria colhe, tira o
423 extrato da conta do Fundo e encaminha para a Secretaria-
424 Executiva, e conforme foi deliberado na reunião anterior, a Dra.
425 Socorro, quando ainda estava na chefia da Procuradoria,
426 determinou que isso fosse mensalmente passado para os
427 Conselheiros, exatamente com essa atualização. Mas semanalmente
428 ela é enviada através da Diretoria Financeira à Secretaria-
429 Executiva do Fundo. Na próxima reunião, eu deveria até ter me
430 lembrado de ter feito isto, mas vou encaminhar para os senhores
431 um dos Termos de Ajustamento. Por exemplo, lá na Promotoria do
432 Meio Ambiente nós estamos realizando, onde já consta à conta do
433 Fundo para depósito de eventual descumprimento, as multas
434 diárias, bem como nas ocorrências do passivo ambiental. O
435 passivo, quando há necessidade do infrator realizar alguma
436 compensação, quer dizer, como se você não apaga o passado, mas
437 aquele dano efetivamente já aconteceu, o incômodo à coletividade
438 aconteceu, há normalmente uma obrigação do responsável de
439 ressarcir a coletividade por tais incômodos. Sobre o Regimento
440 Interno do Conselho, o Decreto Governamental está na
441 Procuradoria Geral do Estado para o Procurador-Geral, Dr.
442 Wagner, examinar e encaminhar para o Governador sancionar. Essa
443 elaboração ainda está no prazo, porque dispomos de 90 dias para
444 que o Governador realize todo esse procedimento, esse ritual.
445 Quero crer que por todo este mês de novembro, isso deverá ter
446 sido assinado, sancionado e publicado, e então será repassado
447 por e-mail para todos os senhores. Qual era a outra questão? A
448 questão da pauta, para mandar por e-mail. É interessante que
449 todo o mundo deixe seus e-mail atualizados para que nós possamos
450 encaminhar essa documentação, tipo: as propostas de Resolução,
451 para todo o mundo com a devida antecedência, para poder
452 viabilizar e agilizar. Quero dizer também que nós temos, já foi
453 dito isso antes, mas tem alguns colegas estão comparecendo pela
454 1ª vez, no endereço eletrônico da Procuradoria é pgj.ce.gov.br,
455 o ícone que é Fundo dos Direitos Difusos. E esse ícone, tudo que
456 se passa, quer dizer, as Resoluções que já foram aprovadas, o
457 que em cada reunião está sendo realizado e produzido, é de
458 imediato colocado na internet. Eu vou deixar aqui com os
459 senhores o telefone da Secretaria-Executiva que é 3452-4500, que
460 é a Ivonete, que já foi apresentada nas reuniões anteriores, que

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

461 é quem dá suporte e apoio à Secretaria-Executiva do Conselho
462 Gestor. Qualquer questionamento, qualquer coisa, pode passar
463 para a Ivonete. Eu integro o Conselho, mas tem uma designação da
464 Procuradora-Geral para dar esse suporte, esse apoio na
465 estruturação desta Secretaria, até que o Conselho esteja
466 totalmente instrumentalizado e possa então caminhar e a
467 Secretaria caminhar com suas próprias pernas. Daí então, eu
468 disponibilizo o telefone da minha sala que é o 3452-3714, ou
469 então 3715 para quem queira falar comigo diretamente e não
470 queira falar com a Ivonete, ou então queira uma outra
471 informação. Caso eu esteja ocupada, porque eu tenho uma agenda
472 muito atribulada, pode deixar o recado e o telefone que eu
473 retorno. Acho que não deixei de responder algum questionamento.
474 Alguma informação? Não? Bom gostaria de agradecer em nome da
475 Dra. Iracema. Desculpá-la, e, mais uma vez, pedir desculpas pelo
476 contratempo de agenda. A agenda da reunião do Conselho Gestor já
477 está na agenda pessoal do Procurador, seja quem for o
478 Procurador, desde a nossa primeira instalação. Mas é como ela
479 realmente anunciou quando aqui chegou, são os percalços desses
480 primeiros dias de tomar posse, de organizar a estrutura da
481 Procuradoria para cumprir o desiderato de suas propostas no
482 desempenho, no encaminhamento, tanto do Ministério Público, como
483 do serviço administrativo que são realizadas através da
484 Procuradoria. Realmente, todos os dias tem sido aqui um carrocel
485 de emoções com o recebimento de muitas autoridades e tudo o
486 mais. Isso de certo foi o motivo de nos ter privado da presença
487 da Dra. Iracema que, certamente nas próximas reuniões, não mais
488 acontecerá. Quero agradecer a presença de todos e declarar
489 encerrada a nossa reunião de hoje. Muito obrigada, e até a
490 próxima primeira segunda-feira de dezembro, dia 6, não é? Qual
491 é o dia Ivonete? Dia 6 de dezembro.

Maria Iracema do Vale Holanda
Presidente

Rimena Alvena Alves Praciano
Conselheiro (SECULT)

Fátima Callado dos Santos
Conselheiro (SECITECE)

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 08 de novembro de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho
Conselheiro (PGJ)

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira (CAOMACE)

João Gualberto Feitosa Soares
Conselheiro (DECON)

Marcos Pompeu de Sousa Brasil
Conselheiro (SETUR)

Liana Maria Machado de Souza
Conselheira (SEFAZ)

Márcia Maria Ximenes Mendes
Conselheira (SOMA)

José Galba de Meneses Gomes
Conselheiro (SESA)